



Segregação socioespacial em Campos do Jordão: transformações e contradições produzidas pela atividade turística

BARNABÉ, Ana Carolina.

Graduada em Tecnologia de Gestão de Turismo no Instituto Federal de São Paulo (IFSP – *campus* Campos do Jordão. a.barnabe@aluno.ifsp.edu.br)

PAIVA, Fernando Gabriel de.

Graduado em Tecnologia de Gestão de Turismo no Instituto Federal de São Paulo (IFSP – *campus* Campos do Jordão. fernando.gabriel@aluno.ifsp.edu.br)

ROCHA, Rosiane Muniz da.

Graduada em Tecnologia de Gestão de Turismo no Instituto Federal de São Paulo (IFSP – *campus* Campos do Jordão. rosiane.rocha@aluno.ifsp.edu.br)

TESSARI, Leandro Marcos.

Orientador – Docente do Instituto Federal de São Paulo (IFSP – *campus* Campos do Jordão. leandro.tessari@ifsp.edu.br)

RESUMO

Este artigo analisa e compreende as características e as práticas socioespaciais dos agentes produtores e consumidores do espaço turístico no Município de Campos do Jordão – SP, em especial no bairro do Capivari. Nesse contexto, foram realizadas análises a partir do aspecto de transformação histórico-espacial, com relação à passagem da situação de uma cidade enferma para a de uma cidade turística, fenômeno que contribui para consolidar as divisões socioespaciais entre diferentes bairros, como a Abernêssia, o Jaguaribe e a Vila Matilde. Para a execução deste trabalho foram realizadas pesquisas e análises em diferentes fontes de consulta, dentre as quais levantamentos bibliográficos e cartográficos, reportagens jornalísticas que tratam da temática do turismo em Campos do Jordão nos anos de 2010 até 2021, pesquisas qualitativas e dados estatísticos coletados em fontes oficiais, como a Fundação Seade e a prefeitura do município estudado. A utilização desses procedimentos metodológicos permitiu atingir o objetivo principal proposto no trabalho, o qual se volta a observar as condições da atual atividade turística de Campos do

Jordão, que é limitada ou (so)negada para a comunidade local, ou seja, os residentes da cidade. Dessa forma, o simbolismo ligado à denominação do município em questão como “Suíça brasileira” se mantém apenas no que se refere à admiração dos visitantes ao bairro Capivari, enquanto destino exclusivo do turista-consumidor.

Palavras-chave: Campos do Jordão; Segregação socioespacial; Turismo; Vila Capivari; Comunidade local.

1. INTRODUÇÃO

Campos do Jordão é um município do Estado de São Paulo e possui sua atividade econômica pautada no setor de serviços, prática que é potencializada pela sua condição de estância turística. As atividades turísticas presentes nessa localidade integram um conjunto de elementos que, em seu espaço urbano, agregam, entre outros, construções com arquitetura do tipo enxaimel¹, semelhante às que existem nos Alpes europeus, circuitos gastronômicos e atividades de ecoturismo associadas ao clima tropical de altitude, que possui temperaturas amenas no decorrer do ano e temperaturas médias, abaixo de 15°C no período de inverno. Com a descrição desse cenário o destino tornou-se conhecido popularmente como “Suíça brasileira”.

Na perspectiva da produção do espaço, tendo como referência o imaginário construído a partir do cenário dos Alpes europeus, faz-se necessário compreender a atuação do *marketing* como a experiência do *glamour* vivenciada em Campos do Jordão e como se deu a condição de identificação dessa cidade, localizada no interior do estado de São Paulo, com os Alpes existentes no continente europeu. Diante deste contexto levantou-se os seguintes questionamentos: essa realidade é vivenciada cotidianamente pela população local e por seus habitantes? Como a população local se insere na produção, consumo e vivência do espaço turístico em Campos do Jordão, especialmente no que se refere aos atrativos turísticos contidos no bairro do Capivari?

A formação e a consolidação do espaço urbano de Campos do Jordão são realidades marcadas por um processo histórico de segregação socioespacial que se

¹ Segundo Cruz (2021), essa técnica corresponde a uma forma de construção milenar que foi aperfeiçoada na Europa durante a Idade Média. Ela se caracteriza por paredes que são montadas com vigas de madeira em posições horizontais, verticais ou inclinadas, cujos espaços são preenchidos com outros materiais de utilização local. Esse tipo de construção está presente principalmente em países como Alemanha, Áustria, França, Suíça, Itália e Eslovênia.

materializa em um todo, afetando indiretamente as condições e as perspectivas de vida da população local. Assim, as circunstâncias em que os moradores são inseridos e reconhecidos nos pontos de turismo dessa cidade configuram tais ambientes como meros locais de reprodução da força do trabalho, situação que os caracteriza como lugares onde não se verifica a construção de relações que os deveriam compor, como a de pertencimento e a de identidade.

Grande parte desse processo de produção e de (re)produção das condições da segregação foi e continua sendo materializada de forma contraditória. Essas ações ocorrem a partir de políticas públicas que visam desenvolver o turismo, integrando a população, o visitante, a gestão e os demais agentes produtores desse espaço. No entanto, deve-se ressaltar que mesmo levando-se em conta tais iniciativas, os diferentes grupos sociais e os agentes produtores do espaço possuem interesses múltiplos e diversos e devem, pelo menos em tese, garantir o desenvolvimento das atividades econômicas e proporcionar uma melhor qualidade de vida para todos.

O propósito deste estudo é analisar e compreender o meio de urbanização de Campos do Jordão, em especial do bairro do Capivari, buscando entender o processo de segregação socioespacial que foi se materializando no decorrer da história devido à atuação dos diversos agentes produtores e consumidores do espaço turístico, sendo condicionante e reflexo das limitações sociais e econômicas da própria população urbana local.

Com essa finalidade foram realizadas pesquisas em diferentes fontes, tanto em obras de autores de referência, como em obras cartográficas e em reportagens jornalísticas que tratam da temática do turismo em Campos do Jordão nos anos de 2010 até 2021, além de levantamentos de informações em pesquisas qualitativas e em dados estatísticos de fontes oficiais, como a Fundação Seade e a prefeitura municipal.

O levantamento bibliográfico desta pesquisa está embasado em um conjunto de autores que procuram discutir as relações que são processadas no contexto das articulações contraditórias da produção do espaço urbano, segundo a perspectiva dialética. Dessa forma, compreende-se as consequências e os reflexos da segregação socioespacial que são materializados no espaço da cidade de Campos do Jordão, em especial pelas transformações produzidas pela atividade turística. A opção pelo

conjunto bibliográfico selecionado, na perspectivas dos autores, são aqueles que melhor explicam as situações processadas no recorte analítico da pesquisa.

Com o resultado da pesquisa é possível compreender a produção e a (re)produção da expansão urbana de Campos do Jordão, consolidando os lugares de consumo do turismo, em especial no bairro do Capivari resultaram no simbolismo de uma cidade dos Alpes, com todo o encantamento e riqueza presentes no imaginário do consumidor desse espaço. A divulgação dessa imagem demandou por parte dos agentes produtores desses locais investimentos em infraestrutura que se concentraram, em maior número, nos empreendimentos vinculados ao setor de serviços turísticos. Contudo, a problemática da segregação socioespacial se dá a partir do momento que essa imagem simbólica não condiz com as práticas devidamente associadas a esse ambiente e não faz referência à realidade de uma grande parcela dos moradores residentes no município, o que contribui para que ele se revele novamente uma zona limitante das práticas de cidadania da população local. O bairro Capivari representa a transição da expansão urbana que esteve pautada nos enfermos (turista-paciente) para a formação de um espaço turístico como retratado na atualidade (turista-consumidor). Nessa transição se observa políticas públicas em favorecimento da consolidação seletiva do espaço, segmentando a cidade em zona turística e zona sanatorial.

2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: AGENTES E PROCESSOS

O crescimento e o aumento da urbanização nas cidades são fatores constantes e têm se mostrado irreversíveis. Essas ações ocorrem de diversas formas, muitas das quais involuntárias, mas com propósitos delimitados. Ao longo do tempo, o espaço urbano sofre constantes reorganizações, essas ações se caracterizam por intermédio de agentes e/ou atores sociais que produzem e consomem o espaço urbano. Muitas vezes isso ocorre de maneira a favorecer os interesses individuais, predominantemente no que se refere a grupos de maior poder aquisitivo. Segundo Corrêa (2004),

[...] o espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações articuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um

espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. (CORRÊA, 2004, p.11).

Pode-se dizer que os agentes produtores organizam e definem os valores do espaço, como, por exemplo, sua funcionalidade, seu custo de terra e moradia e a definição a respeito de para quem será direcionado. Dessa forma, embora esses espaços se interliguem por vias de acesso, existe uma delimitação, a qual resulta em exclusão para alguns. Essa organização é o que segmenta os núcleos e delimitações sociais sob a delimitação geográfica.

Assim, de acordo com o mesmo autor, o espaço urbano de uma cidade

[...] capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas como o centro da cidade, local de concentração das atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. (CORRÊA, 2004, p.6).

Ainda para Corrêa (2004), os agentes são classificados como sendo: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos. Assim sendo, na condição e realidade do espaço estudado, qual seja, o bairro Capivari, nomeado centro turístico de Campos do Jordão, arrisca-se dizer que os agentes são materializados como sendo: (a) os proprietários dos meios de produção, vinculados ao setor de serviços turísticos, como o setor hoteleiro, o setor de A&B, o setor de lazer e o setor produtor de eventos. A identificação desse grupo como agentes se deve ao fato de que grande parte dos estabelecimentos mobiliários na região é formada por empreendimentos dessa área, como restaurantes, bares, hotéis, pousadas e atrativos turísticos; (b) os promotores imobiliários, como construtoras de hotéis, restaurantes e outros empreendimentos imobiliários, que são responsáveis pela de venda e aluguel principalmente de casas de veraneio; (c) os turistas, independentemente do seu poder aquisitivo. Trata-se de agentes comumente presentes dentro dos segmentos de: turismo de lazer, turismo de 1 (um dia), turismo de negócio e eventos, turismo gastronômico e turismo de compra; (d) o Estado, que age de maneira complexa e interfere diretamente em todo o processo. Na esfera municipal, o agente enquanto poder público é o responsável por ações que incluem estabelecer tarifários, determinar legislações, subsidiar infraestrutura básica, como pavimento, saneamento

básico, eletricidade e serviços públicos em geral. Além disso, esse agente também pode ser considerado um promotor imobiliário, o que ocorre quando ele negocia, investe e interfere na funcionalidade do espaço; (e) os grupos sociais excluídos, que podem ser associados à população local sem poder aquisitivo para a realização das atividades turísticas propostas, de forma que seu acesso ao espaço se dá unicamente enquanto mão de obra.

Em Campos do Jordão, a problemática social se dá pelo fato de o espaço turístico, em especial do bairro Capivari, se caracterizar como um lugar de exclusão ao lazer e ao entretenimento para a população do município, a qual se insere nesses locais somente como força de trabalho. Assim, para essa população, os espaços das atividades de lazer e de entretenimento do turismo se consolidam como espaços de exclusão ou como possibilidades de consolidar um não-lugar², ou seja, lugares transitórios para o capital e sem vínculos sociais para o estabelecimento de relações de identidade e de pertencimento.

Nas palavras de Cavalcanti e Araujo (2017), a atuação desses agentes produtores desse espaço urbano, além de contribuir para separar as classes sociais, dá origem

[...] a diferentes lugares que são marcados pelo acesso distinto aos direitos e às oportunidades. Assim, as contradições no processo de produção das cidades e as diferenças espaciais que se reproduzem em uma sociedade baseada em classes, se materializam no espaço. A segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairro da metrópole. (CAVALCANTI; ARAUJO, 2017, p. 142).

No que se refere às condições para sua materialização, a ação de tais agentes se realiza por meio de pressão política para a criação e implantação de políticas públicas, pelo Estado, com o objetivo de atender, na maioria das vezes, interesses individuais de pequenos grupos, frente ao interesse da coletividade. Dessa forma, reforça-se o processo de segregação socioespacial, o qual contribuiu para legitimar a

² O entendimento sobre a consolidação do não-lugar não integra o objeto central da presente pesquisa. No entanto, vale notar que o conceito pode abrir outras possibilidades de desenvolver investigações para tratar dessa temática em Campos do Jordão. Na perspectiva de Augé (1997), os não lugares são “espaços onde se coexiste ou coabita sem vivermos juntos, onde o estatuto de consumidor ou de passageiro solitário passa por uma relação contratual com a sociedade” (Augé, 1994a, p. 157 apud Augé, 2014, p. 217). Dessa forma um não-lugar consiste apenas em um lugar de passagem e/ou, de mão de obra, onde não existe um vínculo e, menos ainda, uma sensação de pertencimento.

eliminação de grupos sociais já excluídos dos espaços de lazer e de entretenimento voltados ao turismo. Em linhas gerais, para Bonetti e Candiotta (2015),

[...] as políticas públicas devem ser destinadas a melhorar a qualidade de vida da sociedade, de modo que precisam ser revistas e orientadas de acordo com as necessidades das populações. Entre as diversas políticas públicas, algumas atingem a maior parte da sociedade, porém outras, como é o caso das políticas públicas de turismo, acabam beneficiando diretamente aqueles que podem pagar pelas viagens ou os que são empregados por empresas do setor (BONETTI; CANDIOTTO, 2015).

Dessa forma entende-se a importância tanto de se atentar às prioridades que os gestores dão às políticas públicas como de que haja participação da população no que se refere ao desenvolvimento e à implementação de tais políticas. Esse acompanhamento de projetos públicos é primordial para que o reflexo da localidade seja real e para que venha a existir a sensação de pertencimento. Um argumento que pode ajudar a justificar a necessidade de que a atenção a esses processos seja efetiva é dado por Cavalcanti e Araujo (2017), que, ao tratarem da produção do espaço, afirmam que

[...] a produção do espaço, entendido como materialização das relações sociais, dá origem a diferentes lugares. Portanto, pode-se dizer que a segregação socioespacial na cidade é a expressão geográfica das desigualdades sociais. Ela pode se revelar no espaço urbano, por exemplo, quando determinados sujeitos que residem em periferias pobres da cidade concentram-se significativamente em diferentes espaços, dividindo espaços, por exemplo - os espaços de lazer e entretenimento do turismo (CAVALCANTI; ARAUJO, 2017, p. 143, grifo nosso).

No caso da cidade de Campos do Jordão essa realidade não é diferente, pois nela a construção dos espaços turísticos reflete e condiciona o próprio processo de fragmentação e de articulação de diferentes grupos sociais instalados na cidade, ocasionando a formação dos diferentes lugares, com diferentes funções, serviços e até mesmo, infraestrutura urbana.

3. O ESPAÇO URBANO DE CAMPOS DO JORDÃO

3.1 Das transformações histórico-espaciais e do paciente-turista

Os registros históricos da ocupação territorial do Município de Campos do Jordão indicam que seus primeiros habitantes eram grupos ameríndios de diferentes etnias, com destaque para os puris, os caetés, os guarulhos e os cataguás (PAULO FILHO, 2013).

No decorrer do tempo, desbravadores motivados pela busca e exploração do ouro percorreram a região. Um deles, Ignácio Caetano Vieira de Carvalho, foi o primeiro residente do local e fundador, no ano de 1771, da Fazenda Bom Sucesso. Com a sua morte, as terras que compunham a área foram hipotecadas e alienadas ao Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, responsável pelo nome atual da cidade, Campos do Jordão, que até então recebia o nome de Fazenda Natal.

Entretanto, apenas em 1874 deu-se a consolidação de Campos do Jordão enquanto espaço social coletivo, materializado na condição urbana. A iniciativa para esse processo foi de Matheus da Costa Pinto e se deu com a criação de um povoado, a atual Vila Jaguaribe, que, com o passar do tempo, recebeu moradores, comerciantes e doentes para o tratamento da tuberculose, pois a localização do povoado possibilitava o uso da climatoterapia³. Segundo Paulo Filho (1986) esse período da prática da climatoterapia para o tratamento de tuberculose em Campos do Jordão é denominado de Ciclo da Moléstia e perdurou até o fim da década de 1950.

Nessa perspectiva histórica da consolidação do espaço urbano da localidade, que inclui a presença de diferentes grupos sociais com interesses diversos para se instalarem no local, verifica-se indícios de uma divisão social, a qual é materializada espacialmente da seguinte forma: de um lado, as classes sociais mais abastadas que se dirigiam para o município com o objetivo de realizar o tratamento com base na climatoterapia, e de outro as menos abastadas, compostas tanto pela população trabalhadora local como pelas pessoas necessitadas de tratamento por caridade.

O Ciclo da Moléstia contribuiu para consolidar um processo de segregação socioespacial que permaneceu materializado no tecido urbano do município. No período de chegada dos pacientes/turistas para o tratamento de saúde, ocorre a ocupação temporária de determinadas porções do espaço urbano, as quais são constituídas por uma rede de infraestrutura com a presença de serviços especializados e de alto padrão como hotéis e sanatórios para o descanso e para a recuperação. No entanto, quando terminam as temporadas do tratamento de saúde desses pacientes/turistas, ocorre um esvaziamento da população flutuante da cidade, o que deixa a infraestrutura urbana e os serviços hoteleiros e médico-hospitalares

³ A climatoterapia ou helioterapia corresponde à terapia para o tratamento de doenças que utiliza variáveis climáticas. (SANTOS, 2010, p. 19). No caso de Campos do Jordão, as condições do clima tropical de altitude se mostraram, naquele momento, favoráveis para a prática desse método no que se refere ao tratamento da tuberculose.

ociosos, além de impactar de forma direta e negativa na geração de emprego e renda para a população local. Historicamente em Campos do Jordão há uma centralização da atividade econômica pautada no setor de serviços com baixa diversificação em outros setores da economia (PAULO FILHO, 1986).

Durante esse Ciclo a expansão do tecido urbano jordanense ocorreu principalmente nas áreas próximas ao leito ferroviário com a presença de ocupações⁴ destinadas à logística para o transporte de pessoas e de insumos gerais para atender as demandas dos serviços instalados na cidade. Essas ocupações no entorno da via férrea que, no passado, eram áreas transitórias e/ou entrepostos de serviços para o atendimento do paciente-turista, permanecem até os dias atuais. Assim, mesmo tendo sido requalificadas ou tendo assumido outras funções urbanas, elas mantêm as marcas da segregação socioespacial do Ciclo da Moléstia. Essas situações estão materializadas nos bairros no entorno do Portal de Campos de Jordão, como por exemplo a Vila Matilde, a Vila Abernécia e o Jaguaribe, que possuem antigos sanatórios e são tidos como espaços de mera circulação e de desvalorização social.

O início do declínio do Ciclo da Moléstia foi marcado pela utilização, após a década de 1940, de terapia medicamentosa para a tuberculose, qual seja, os antibióticos. A partir dessa época, o fluxo de pacientes/turistas que buscavam na cidade, e na climatoterapia, o reestabelecimento da saúde começa a diminuir, impactando diretamente nas atividades econômicas e nos investimentos realizados no setor de serviços.

Nesse contexto, segundo Mazakazu (1985), a força política de Adhemar de Barros⁵

[...] contribuiu de forma decisiva na transformação de Campos do Jordão de cidade de cura, para estância de turismo e veraneio. Foi Adhemar quem, nos três governos do estado, implantou os melhoramentos públicos necessários e deu infraestrutura turística à cidade, com início das obras no Palácio do Governo, em 1938, e construção do Grande Hotel em 1943 (MASAKAZU, 1985 p. 52).

O poder público estadual, por meio do governo de Adhemar de Barros, contribuiu diretamente para a implantação do decreto estadual nº 11.781, de 39 de

⁴ As ocupações aqui mencionadas se referem aos sanatórios que foram construídos durante o Ciclo da Moléstia, os quais se encontram hoje requalificados, desativados ou simplesmente, não existem mais. Entre os primeiros, trata-se de edificações que assumiram outras funções, como a de hospitais convencionais, de asilos ou de meios de hospedagem.

⁵ Político brasileiro, foi interventor federal e governador do Estado de São Paulo.

dezembro de 1940⁶, que criou o zoneamento urbano de Campos do Jordão, reservando as Villas Jaguaribe e Capivari para atividades turísticas e estabelecendo a Vila Abernédia como “Zona Sanatorial” para tratamento de tuberculosos (PAULO FILHO,1986).

Convém ressaltar que a atividade turística para fins de lazer e entretenimento se tornou o principal segmento econômico em Campos do Jordão no decorrer da década de 1950. Contribuiu para isso o efetivo declínio da tuberculose, que foi marcado pelo desenvolvimento de antibióticos, como a penicilina, e pela ampliação do acesso a esses medicamentos, eliminando-se completamente a necessidade do fator climático como condição de recuperação e de melhora das doenças respiratórias que eram tratadas em Campos do Jordão.

Em uma tentativa de aproveitar o fluxo constante de pessoas ao município viu-se a necessidade de reconfiguração do propósito da cidade e de seus espaços, o que teve como consequência a criação e a requalificação de bairros. Nesse marco transitório, o perfil do turista que acessa a comarca se modifica bruscamente, deixando de ser um paciente-turista que consome os serviços especializados no tratamento em saúde e passando a ser apenas um turista consumidor do espaço⁷, na busca de entretenimento e lazer. É nesse contexto que ocorre a instalação e ocupação do bairro Capivari.

3.2 Da segregação socioespacial e do novo consumidor-turista

Um nome importante na divisão dos bairros em Campos do Jordão foi o do escocês Robert John Reid, que fez a doação de alguns lotes de terra a quem quisesse construir e ocupar parte do povoado, o que permitiu ampliar a área urbana e formar a atual Vila Abernédia. Por outro lado, a estratégia de loteamento e de ocupação do

⁶ O documento legal está disponível no link: <https://www.al.sp.gov.br/norma/129436> (Acesso em: 20 jun. 2021).

⁷ No âmbito deste trabalho, o turista em si assume diferentes papéis no decorrer da formação de Campos do Jordão. Ou seja, entende-se como turista o sujeito integrado à população flutuante que essencialmente consome o espaço. O turista do período do Ciclo da Moléstia consumia as qualidades da cidade, suas potencialidades e a condição climática da montanha para o tratamento e cura de doenças. Já o turista pós-Ciclo da Moléstia e, principalmente, o que busca o local na atualidade, consome a imagem da cidade, a (re)produção do simbolismo de cidade europeia, a “Suíça brasileira”, em uma montanha encantada.

atual bairro Vila Capivari e de áreas próximas foi diferente. De acordo com Moysés e Harger (2018),

[...] com a divisão judicial das terras da Fazenda Natal, finalizada em 1908, a Société Financière et Commerciale Franco-Brésilienne, que tinha entre seus sócios Willian S. Wilson, vice-cônsul da Inglaterra no Brasil, recebeu em 1908, um grande quinhão que abrangia as áreas das futuras vilas Capivari, Recanto Feliz e Inglesa entre outros (MOYSÉS; HARGER, 2018, p. 32).

Nesse período, parte das terras foram loteadas e vendidas. Na época, o loteamento era nomeado de Fazenda Capivari, chamada assim por Júlio Pinto Rabelo Pestana, que, em 1871, adquiriu uma porção do terreno. O nome foi devido ao fato de a região se situar nas margens do Rio Capivari (MOYSÉS; HARGER, 2018, p. 32).

Mas somente no início do século XX o loteamento da Fazenda Capivari começou a ser devidamente estruturado e urbanizado, o que se deu por obra dos seus dois novos proprietários, os médicos sanitaristas Victor Godinho e Emílio Marcondes Ribas. As terras desses médicos eram próximas à via férrea, a qual havia sido inaugurada em 1914 no intuito de facilitar o acesso à cidade, fosse por doentes (turistas-pacientes), fosse por comerciantes ou passantes. A aquisição dessas terras contribuiu para ampliar o processo de expansão urbana de Campos do Jordão. Tal expansão, segundo os autores, possibilitou

[...] urbanizar a região para a construção de uma Vila Sanitária, a Vila dos Campos do Jordão, com moradias e comércios. A Câmara de São Bento do Sapucaí⁸, por meio de lei, em 1918, isentava de impostos a construção das primeiras residências daquela área, assim como dava aos doutores o privilégio na prestação de serviços de água, luz, força e esgoto. O projeto inicial não se realizou e as terras ganharam outros donos. O local então assumiu definitivamente sua vocação turística e aristocrática (MOYSÉS; HARGER, 2018, p. 33).

A construção da vila sanitária, no entanto, não ocorreu, pois, as terras foram vendidas a José Carlos de Macedo Soares, que implementou um projeto de bairro, considerado moderno à época, mantendo o nome de Fazenda Capivari. A vila continha infraestrutura urbana com sistema de energia elétrica, arruamento e fornecimento de água. Nesse bairro não era permitida a instalação de pensões para tratamento de tuberculosos. Porém, o local atraiu uma elite econômica ligada aos setores agrários e, posteriormente, industrial e de comerciantes do Estado de São Paulo, grupo que passou a construir mansões para veraneio ou para locação a quem

⁸ O município de Campos do Jordão foi emancipado de São Bento do Sapucaí pelo decreto estadual nº 6.501, de 19 de junho de 1934 (PAULO FILHO, 1986).

buscava tratamento individualizado de doenças respiratórias. Enquanto o bairro era destino de descanso para a classe alta, em seu entorno, para além das suas divisas, foram sendo instalados loteamentos destinados à classe trabalhadora, que era formada por moradores da cidade ou da região.

A relação de prestação de serviços entre proprietários e empregados foi, e permanece até os dias atuais, representada pela presença dos trabalhadores na condição de caseiros⁹. Tomando Moysés e Hager (2018), essa relação deve-se ao fato de ser “[...] comum aos turistas, nas décadas de 1940 a 1960, ficar na cidade por dois ou três meses (MOYSES; HAEGGER, 2018, p. 51)”. Ainda segundo eles, com essa relação

[...] abria-se espaço para uma vivência próxima com os moradores do bairro Capivari seja pela amizade que se criava pelas atividades em comum, seja pela contratação de serviços de construção civil, jardinagem e governança. Muitas famílias foram caseiras das mesmas propriedades por décadas. O respeito se dava mutuamente, mas as diferenças sociais, culturais e de origem distinguiam os grupos. Não se misturavam pelo casamento as famílias de turistas com as de moradores fixos (MOYSES; HAEGGER, 2018, p. 52).

A estratégia da expansão, ocupação e consolidação de alguns bairros no espaço urbano de Campos do Jordão, como a Vila Abernécia, a Vila Capivari, o Recanto Feliz e o Jardim Embaixador, foi estruturada, pelos agentes produtores desses espaços, como o poder público, os empreendedores imobiliários e os proprietários da terra urbana, com formas e interesses diversos. No entanto, há uma ação tácita única desses agentes para que o ganho econômico fosse voltado para servir àqueles que por lá passavam ou que lá iam se hospedar.

A formação do bairro da Vila Capivari se insere no contexto de uma delimitação social e econômica, constituindo-se como um espaço de consumo turístico que, após o fim do Ciclo da Moléstia, torna-se um local exclusivo do turismo de lazer e entretenimento.

Tanto a condição como a imagem de um espaço de turismo de lazer e entretenimento, ao mesmo tempo seletivo, são marcadas pela presença de uma elite econômica que busca, na alta temporada de inverno¹⁰, a imagem do *glamour* criado por diversos agentes produtores do espaço da “Suíça brasileira”, o qual será comercializado por meio de telenovelas, revistas, jornais e estandes de propaganda e *marketing*. Assim, externaliza-se a condição do bairro Vila Capivari como símbolo de

⁹ Os caseiros são pessoas que moram nas casas do fundo, dentro do mesmo quintal que o empregador, e prestam serviços como o de governança e jardinagem.

¹⁰ Em Campos do Jordão, a temporada de inverno ocorre entre os meses de junho e agosto.

propaganda e imagem de um todo inerente ao conjunto do espaço urbano de Campos do Jordão.

O ciclo turístico, estabelecido a partir da dinâmica do lazer e do entretenimento no bairro da Vila Capivari, foi sendo aprimorado e adaptado conforme as demandas dos consumidores no decorrer do tempo. O estabelecimento desse ciclo fez com que a cidade passasse a ser totalmente dependente de um único setor da economia, o de serviços vinculados ao turismo sazonal. Devido a essa dependência, vale notar que cabe ao Estado como agente de destaque entre os produtores do espaço urbano representado neste caso, pelo poder público municipal¹¹, a tarefa de produzir políticas públicas voltadas ao planejamento do turismo, segundo o próprio processo de desenvolvimento¹² desse setor, bem como de proteger a população local, especialmente no que se refere à força de trabalho, no sentido de impedir que ela seja pautada no binômio de muito trabalho e pouco salário.

Nessa perspectiva, as atividades econômicas envolvendo o estabelecimento do turismo, produzidas em Campos do Jordão, ocorreram de forma planejada entre os agentes produtores do espaço, o que, na maioria das vezes, provocou a exclusão da população local. Diante disso, a importância da população local nos processos decisórios do planejamento do espaço turístico é condição para que esse serviço não se estruture como algo exclusivista.

Para planejar e efetivar que o setor de serviços na cidade é pautado no turismo, atividade que historicamente tornou-se o principal segmento produtivo com forte dependência econômica em Campos do Jordão, faz-se necessário que todos os agentes produtores desse espaço estejam envolvidos nas decisões, pois as oscilações do mercado impactam diretamente nos fluxos de turistas o que consequentemente produz efeitos em toda a cadeia produtiva que envolve as atividades turísticas.

Deve-se levar em consideração ainda que no contexto da especialização produtiva do sistema capitalista, outras variáveis são inseridas como aspectos para maior agregação de valor nas atividades turísticas, principalmente aquelas que valorizam as potencialidades ambientais e culturais de cada lugar. Em Campos do

¹¹ O poder público municipal deve desempenhar a função de mediador e de regulador dos interesses sociais e econômicos, os quais são estabelecidos de forma combinada, contraditória e complementar.

¹² O desenvolvimento do setor de turismo é marcado temporalmente pelos períodos de: investimento, exploração, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio (rejuvenescimento).

Jordão deve-se compreender e inserir os valores locais, os quais geram diferenciações endógenas ao turismo e representam contraposições a um tipo de turismo padronizado, homogeneizado ou, até mesmo, oferecido com o símbolo da Vila Capivari. Aspectos e iniciativas colaborativas entre todos os agentes produtores do espaço urbano, bem como do próprio turismo na cidade, devem ocorrer em uma dinâmica de reciprocidade, a fim de transformar o modelo de crescimento econômico em um processo efetivo de desenvolvimento que seja capaz de incluir os elementos econômicos, mas também os socioambientais.

4. ESTUDO DE CASO

4.1 Caracterização socioeconômica e o setor de turismo

O município de Campos do Jordão está localizado a 172 quilômetros da capital paulista, na porção leste do Estado de São Paulo e integra as Regiões Metropolitanas do Vale do Paraíba e do Litoral Norte, em especial a Região Administrativa de São José dos Campos¹³. Situado na Serra da Mantiqueira, interior de São Paulo com altitude de 1.628 metros, esse é considerado o município brasileiro de maior elevação. A cidade se estrutura fundamentalmente a partir da atividade econômica do setor de serviços, o turismo e na sua amplitude.

Conforme dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade (2021), a população total do Município de Campos do Jordão em 2021 era de 50.307 habitantes, dos quais 99,4% encontravam-se instalados em área urbana. Em termos comparativos, os graus de urbanização da Região de Administrativa de São José dos Campos e do Estado de São Paulo são respectivamente de 94,7% e 96,5%. No que se refere a Campos do Jordão, sua elevada urbanização deve-se historicamente à consolidação dos setores econômicos pautados nas atividades essencialmente urbanas, representados por atividades como os hospitais; os meios de hospedagem; o transporte, em especial o ferroviário; a construção civil e as mercearias.

Com respeito à distribuição da população por faixas etárias em Campos do Jordão, ela indica um predomínio de população jovem adulta, uma redução no número

¹³ A Região Administrativa de São José dos Campos é composta por em todo de 39 municípios, sendo eles: Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Igaratá, Ilhabela, Jacareí, Jambeiro, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Santa Branca, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté, Tremembé e Ubatuba.

da população criança jovem e um aumento na população adulto idoso. Comparado com o estado de São Paulo e com a Região administrativa de São José dos Campos em todos os âmbitos observa-se que há em Campos do Jordão o predomínio de população jovem adulta, período da vida voltado para a qualificação profissional e para o exercício do trabalho. Com relação à parcela da população em idade escolar (população de até 17 anos), evidencia-se que ela é baixa. Uma vez que a maior parte da população já se encontra fora da idade escolar, ela pode estar direcionada ao mercado de trabalho ou estar aposentada. No caso da primeira hipótese, reforça-se a necessidade de investimentos para a ampliação do número de postos de trabalho e de qualificação profissional.

Considerando para o ano de 2020 a população em idade escolar em 25,32% e a população idosa em 13,45%, ainda há uma taxa aproximada de 61,23% da população que participa das atividades econômicas da cidade. No entanto, a porcentagem de empregos formais no ano anterior (2019) foi de apenas 26,11%. Arrisca-se dizer que o número remanescente da população voltada à atividade econômica encontra-se em situação de desemprego ou exerce atividades informais de emprego. No contexto apresentado, a população formalmente empregada tem aumento no decorrer do tempo de análise, mas se trata de um aumento menor com relação ao geral da população. Dessa forma, verifica-se um desequilíbrio entre o número de postos de trabalho criados e o crescimento populacional.

Entre os anos de 2012 e 2015, o segmento de serviços e empregos no município tiveram um aumento gradual de 9,35%. Entretanto, o aumento percentual de empregos para o intervalo de 2015 a 2019 foi de apenas 2,63%. Essas taxas refletem também no rendimento médio que de 2012 a 2015 resultou em 5,36% (equivalente a R\$ 110,00) e no intervalo de 2015 a 2019 em apenas 1,91% (equivalente a R\$ 40,00).

Considera-se essa situação como sendo um fator limitante, visto que, como resultado, há uma redução no poder de compra e de consumo da população local. Assim o trabalhador no setor de serviços de Campos do Jordão permanece na condição de quem exerce sua atividade laboral, consumindo os bens e os serviços essenciais para a (re)produção de sua vida, porém de forma distante, social e economicamente do consumidor do espaço turístico, do lazer e do entretenimento.

É válido apontar ainda que os valores de rendimento médio nos anos de 2012, 2015 e 2019 são superiores ao salário mínimo nacional¹⁴. No entanto, não acompanham o seu crescimento, o que reforça a perda do poder de compra e consumo. Assim, no intervalo de 2012 a 2015, o aumento do salário mínimo foi de 21,07% (equivalente a R\$ 166) e no intervalo de 2015 a 2019, esse percentual foi de 21,04% (equivalente a R\$ 210).

No que se refere ao PIB em Campos do Jordão nota-se, em linhas gerais, que no período entre 2012 e 2018, sua composição reforça a participação do setor de serviços com ênfase nos agentes produtores do espaço urbano, os quais têm sua atividade vinculada ao turismo, setor que concentra a geração de emprego e renda e conseqüentemente de riqueza para o município. Quando comparado com o Estado de São Paulo, esse setor se mostra mais expressivo em Campos do Jordão. Assim, levando-se em conta o ritmo de crescimento médio do setor de serviços no Estado de São Paulo e no município entre 2012 e 2018 é respectivamente de 1,5% e 2,55%.

A problemática das contradições presentes no espaço urbano de Campos do Jordão está no contexto da formação dos espaços turísticos. Ela é demonstrada por meio dos dados quantitativos, os quais evidenciam a limitação material da população local de se inserir nos espaços de lazer e entretenimento do turismo, reforçando as contradições e segregações socioespaciais.

As contradições sociais, econômicas e espaciais em Campos do Jordão podem ser analisadas a partir do momento em que o município tornou-se uma estância turística com a consolidação do setor do turismo como principal atividade econômica. No entanto, os ganhos e as condições salariais e empregatícias geradas pelo setor de turismo são limitantes aos trabalhadores, especialmente pela presença de um grande número de trabalhadores informais o que compromete diretamente a qualidade de vida e o poder de consumo dos residentes.

Por outro lado, deve-se destacar que leis regulamentadoras para a manutenção do município, levando-se em conta que se trata de uma estância turística, não são implementadas na sua totalidade, a exemplo da infraestrutura básica de saneamento que não atende na totalidade às populações residente e flutuante. Enfim, essas características denotam que o espaço é para o turista e não turístico.

¹⁴ Segundo o Portal Contábeis (2021), o valor pago do salário mínimo para os anos de 2012, 2015 e 2019 foi, respectivamente, de 622,00, 788,00 e 998,00 (valores em Reais).

4.2 Turismo e a valorização do espaço urbano: segregação socioespacial

A valorização do espaço urbano de Campos do Jordão é regulamentada pelo decreto municipal nº 8197, de 9 de novembro de 2020, o qual dispõe sobre a atualização do valor monetário das bases de cálculo da Planta Genérica de Valores Imobiliários (PGVI) e estabelece os valores unitários do metro quadrado da terra urbana em cada rua ou loteamento dos bairros.

Na última atualização do PGVI, feita em 2021, observa-se uma diferença na média do valor do metro quadrado (m^2) para os bairros de Capivari, centro turístico; da Abernóssia, centro comercial local popular para outros bairros presentes no entorno do Portal de Campos do Jordão, como a Vila Matilde, onde se encontram, além de um loteamento para moradias populares, dois dos antigos sanatórios de tratamento, sendo um deles o atual Hospital São Camilo e o outro um prédio já desativado.

Tal distinção nos valores das metragens corresponde também a uma diferença nas taxas médias do IPTU cobradas nesses bairros, a variação é resultado da presença da infraestrutura e dos serviços oferecidos em cada um deles. No Capivari, por exemplo, predominam os serviços e a infraestrutura disponibilizados exclusivamente aos turistas e que são muitas vezes excludentes à população residente. Os montantes cobrados com esse imposto trazem um reflexo direto para os demais serviços que são oferecidos, especialmente no que se refere ao valor para as moradias instaladas nesses bairros, o que afeta diretamente as condições de vida da população local. Entende-se, por exemplo, que devido às possibilidades salariais médias de um empregado fixo na área dos serviços, não é possível para a população trabalhadora acesso à moradia em espaços como o bairro Capivari.

Dessa forma, ao mesmo tempo que os serviços oferecidos pelo bairro, os quais foram concentrados historicamente nesse local da cidade favorecem a elevação do IPTU e os altos custos de vida para a população, para o turista torna-se um bairro privilegiado, algo vinculado com a seletividade e a exclusividade de um local para o turismo. Tal situação é verificada para além do cotidiano da cidade, pois ao acessar, por exemplo, algumas páginas de incentivo à viagem as principais fotos de divulgação da cidade são pontos atrativos localizados no Capivari. Essas plataformas inclusive utilizam o bairro como parâmetro para a ideia de centro-padrão urbanístico e turístico da cidade.

Um exemplo disso é o artigo “Campos do Jordão é como viajar para a Europa sem sair do Brasil”, de Souza (2021), no qual se afirma:

[...]. O centro turístico comercial da cidade é chamado de Capivari. É onde a vida noturna acontece em meio a várias lojas, cafeterias, à cervejaria Baden-Baden e edifícios de estilo enxaimel, uma técnica de construção europeia, bastante utilizada na Alemanha. É um lugar bem centralizado, ótimo para um passeio a pé ao ar livre, para fazer algumas compras ou tomar um chocolate quente (SOUZA, 2021).

Publicações como essa contribuem para a (re)produção dos interesses seletivos dos agentes produtores do espaço urbano de Campos do Jordão e parecem legitimá-la. Desse modo através das atividades dos serviços turísticos instalados no Capivari, se estabelece o processo de segregação socioespacial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço urbano de Campos do Jordão foi marcada no decorrer da sua história pela consolidação de um processo de segregação socioespacial vinculada à atividade do turismo, a qual foi implementada como um segmento produtivo seletivo por diversos agentes produtores desse espaço, entre eles os proprietários dos meios de produção vinculados ao setor de serviços turísticos; os promotores imobiliários; os turistas; o Estado; e os grupos sociais excluídos. Assim, há uma coexistência de diversas transformações socioeconômicas e urbanas que resultaram na segregação socioespacial, processo que reflete e condiciona situações de limitação ou mesmo de so(negação) da cidadania à população local, atuando em favorecimento aos consumidores turistas que a cidade recebeu e que continua acolhendo.

Dessa forma a cidade vem sendo produzida, estruturada, organizada e planejada intencionalmente por esses diferentes agentes produtores desse espaço urbano com o objetivo de mercantilizar o simbolismo da cidade turística, seja ao turista-paciente, que buscava o município para o tratamento da tuberculose, seja para o turista-consumidor, que o procura atualmente por motivos de lazer e entretenimento.

A construção do simbolismo da cidade vinculada à denominação de “Suíça brasileira” ocorre tanto pela aclamação dos seus aspectos físicos, como o inverno com temperaturas baixas, o qual era destacado principalmente no período do Ciclo da Moléstia, devido ao seu vínculo com a prática da climatoterapia, como por seus aspectos humanos, marcados pela arquitetura enxaimel, comumente encontrada nas

residências de veranistas, presente principalmente no bairro Capivari e região. Ainda na atualidade, são esses os principais aspectos que influenciam e contribuem para a manutenção da atividade turística de forma sazonal na cidade.

A produção e a (re)produção dos espaços de consumo do turismo, em especial nos bairros apresentados neste trabalho, ressaltam o simbolismo da cidade, que possui uma imagem construída para ser referenciada como um espaço semelhante aos Alpes. A divulgação dessa imagem demandou por parte dos agentes produtores desses espaços, investimentos em infraestrutura e que se concentraram, em maior número nos empreendimentos vinculados ao setor de serviços turísticos.

Contudo a problemática da segregação socioespacial se dá a partir do momento que essa imagem simbólica não condiz com as práticas devidamente associadas ao espaço e não faz referência à realidade de uma grande parcela dos moradores residentes no município, fazendo com que ele se revele um espaço limitante para as práticas de cidadania da população local.

Historicamente as políticas públicas adotadas na criação do bairro do Capivari se contrapõem às perspectivas do desenvolvimento, o qual deve ser balizado em relação à melhoria da qualidade de vida da comunidade. No contexto estudado, observou-se que tais políticas favorecem a segregação nesse espaço, negando as práticas da cidadania para a população residente. Essa segregação encontra-se nos dias de hoje materializada pela (re)produção das mesmas condições e funções socioeconômicas que havia nesses mesmos espaços no passado. A população local permanece nos espaços turísticos com destaque para o bairro do Capivari, limitada à condição de mera mão de obra, de modo que esse local é transformado para eles naturalmente, em um espaço de reconhecimento ou em uma possibilidade de um não-lugar. Ao turista-consumidor, de outra forma, o bairro torna-se um lugar de convívio social e de identidade vinculada ao estilo da circulação do capital àqueles que estão de passagens, os turistas.

Além do espaço (so)negado à população local, especialmente aquela que atua na atividade do turismo, está sujeita às condições de trabalho e de qualidade de vida dependentes dos interesses dos agentes que produzem e operam os espaços do turismo. Conforme os dados coletados, é possível identificar um alto custo de moradia na cidade, especialmente em lugares com maior infraestrutura, os quais não estão disponíveis ou acessíveis aos trabalhadores, devido ao valor médio anual dos salários

pagos pelo setor de serviços. Esses ganhos salariais inclusive não acompanharam proporcionalmente o crescimento econômico nacional do mesmo período de análise, reforçando e aprofundando o processo de exclusão e de segregação socioespacial que está materializado no espaço urbano de Campos do Jordão.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONETTI, Lucas A.; CANDIOTTO, Luciano Z.P. Trajetória das Políticas Públicas de Turismo no Brasil. **Turydes - Revista Turismo y Desarrollo Local**, Málaga, v. 8, n. 19, 2015. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/turydes/19/politicas.html>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- CAVALCANTI, Lana de S.; ARAUJO, Manoel V. P. Segregação Socioespacial no ensino de geografia: um conceito em foco. **Revista ACTA Geográfica**, Boa Vista, p. 140-159, 2017.
- CORRÊA, Roberto L. **O espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004. 94 p.
- CRUZ, Talita. O que é Enxaimel?: encante-se com obras de encher os olhos. *In: VIDA DECORA. Construção e reforma*. [S. l.]: Vida Decora, 2021. Disponível em: <https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetura/enxaimel/>. Acesso em: 09 jun. 2021.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. **Índices dos Municípios Paulistas**. São Paulo: Fundação SEADE, 2021. Disponível em: <https://municipios.seade.gov.br/>. Acesso em: 11 jul. /2021.
- MASAKAZU, Arakaki. **50 anos de Campos do Jordão**. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira de Ciência e Arte, 1985. 128 p.
- MOYSÉS, L. P; HARGER, A. **História da Vila Capivari dos Primórdios aos anos 1980**. Pindamonhangaba: Coletivo Editorial, 2018. 245 p.
- PAULO FILHO, Pedro. **História de Campos do Jordão**. Aparecida: Editora Santuário, 1986. 782 p.
- PORTAL CONTÁBEIS. **Tabela salário mínimo de 1994 a 2021**. [S. l.]: Portal Contábeis. [2021]. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/tabelas/salario-minimo/>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- SÁ, Teresa. **Lugares e não lugares em Marc Augé**. Edição brasileira São Paulo, Companhia das Terras, 2014. 217 p.
- SANTOS, Antônio F. C. P. **O combate à tuberculose: uma abordagem demográfico-epidemiológica: o hospital de repouso de Lisboa, 1882-1975**. 2010. 200f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2005. 385p.
- _____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005. 176p.
- SOUZA, Paulo Nonato de. Campos do Jordão é como viajar para a Europa sem sair do Brasil. *In: CAMPO GRANDE NEWS: conteúdo de verdade. Colunistas: lugares por onde ando*. Campo Grande: Campo Grande News, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/turismo/campos-do-jordao-e-como-viajar-para-a-europa-sem-sair-do-brasil>. Acesso em: 30 ago. 2021.